

“A conta dos ricos nunca chega”, por Bohn Gass

Bohn Gass

18/06/2025

De um lado, o povo que trabalha, produz e sustenta o país. Do outro, os que vivem do lucro alheio e usam o poder político para manter seus privilégios intocados.



No Brasil, toda vez que se propõe justiça fiscal, as elites berram. Tributar [lucros](#) e dividendos, heranças milionárias ou aplicar impostos progressivos sobre grandes fortunas é heresia para os donos do dinheiro: “espanta investidores”, “quebra o país”, “coisa de comunista”.

Mas quando se fala em cortar verbas da saúde, da educação ou da assistência social, os endinheirados não se silenciam, pelo contrário, aplaudem ensurdecidamente. Hipocrisia escancarada da elite econômica e em parte da classe política que a representa.

Essas pessoas nunca dizem com todas as letras que querem cortar recursos do [SUS](#), das universidades públicas, do combate à fome. Mas é exatamente isso que defendem quando se opõem a qualquer iniciativa que faça os super-ricos pagarem sua parte. Querem manter o Brasil na lista dos países mais injusto do planeta. E escondem, essa faixa privilegiada da sociedade, que não pagam imposto ou, quando pagam, é abissalmente menor do que os assalariados.

A proposta de Lula de isentar o Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, por exemplo, é uma medida que beneficiaria milhões de brasileiros, mas enfrenta resistência justamente porque alguém teria que compensar essa perda de arrecadação. E adivinhe quem não querem que pague? Os milionários e bilionários que, hoje, recolhem proporcionalmente muito menos imposto do que um assalariado como uma professora municipal. E, em alguns casos, suas aplicações bilionárias têm simplesmente 0% de taxaço.

Nada de novo na história. Em 1964, Joao Goulart caiu porque ousou propor Reformas de Base — entre elas, a tributária e a agrária. No fundo, reformas capitalistas que visavam a criar um mercado de massas no Brasil. A elite o golpeou sob o pretexto de “evitar o comunismo”. Essa ladainha é entoada até hoje, em pleno século XXI.

Nos governos Lula e Dilma, todas as tentativas de enfrentar os privilégios fiscais e a concentração de renda foram sabotadas por dentro e por fora do Congresso. Enquanto isso, o orçamento da União é corroído por R\$ 50 bilhões em emendas parlamentares e R\$ 800 bilhões em renúncias fiscais concentradas em mãos de grandes empresas e setores que fazem do lobby sua estratégia política. O Tribunal de Contas da União aponta: 75% dessas isenções vão para apenas 10% dos beneficiários.

Cortar verbas do Bolsa Família é “responsabilidade fiscal”, mas sugerir que bancos, fundos de investimento e grandes especuladores do mercado financeiro paguem sua parte justa, bem abaixo de outros países, é “intervenção”.

De novo, nada de novo. De um lado, o povo que trabalha, produz e sustenta o país. Do outro, os que vivem do lucro alheio e usam o poder político para manter seus privilégios intocados. Fingem que é debate técnico, mas é disputa de interesses. E nós sabemos de que lado estamos — e estaremos.

A história da luta de classes está vivíssima. E é a lente para entender porque o Brasil, país riquíssimo, continua campeão em desigualdade social. Os ricos querem manter seus privilégios e, para isso, contam com a ajuda de setores da mídia, que não mostra a realidade dos números e a estrutura tributária absurdamente injusta do País. Querem manter o status quo de qualquer jeito. É hora de os milionários e bilionários pagarem imposto, como o restante da população.

***Bohn Gass** é Deputado federal (PT-RS) e vice-líder do Governo Lula no Congresso Nacional*

Artigo publicado originalmente no porta ICL Notícias em 14 de junho de 2025

Compartilhe nas redes: